

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A União dos Policiais do Brasil (UPB), em consideração ao acordo anunciado por representantes do Governo na Câmara dos Deputados durante votação dos Destaques à PEC 186, na tarde desta quarta-feira (10), vem a público esclarecer e restabelecer a verdade dos fatos:

Referido ACORDO não teve a consulta ou anuência das entidades e representantes dos servidores civis da segurança pública brasileira;

A proposta trazida pelo Governo NÃO contempla nem faz justiça aos policiais e profissionais brasileiros da segurança pública, que seguem colocando suas vidas na linha de frente do combate à pandemia, com índices de contaminação que ultrapassam em três vezes à média da população brasileira.

O Governo mantém no texto a possibilidade de congelamento nos investimentos em segurança pública, realização de concursos públicos, bem como a impossibilidade de concessão de reajustes até o ano 2036, marco final temporal da EC 95/2016 (Teto dos Gastos Públicos).

As vedações aqui elencadas, decorrentes do acionamento de gatilhos fiscais oriundos do descontrole, da corrupção e da má gestão pública configuram manobra torpe do Governo Federal, que buscou atrelar medidas de arrocho fiscal no ambiente da discussão sobre a tão necessária concessão de auxílio emergencial à população mais desassistida neste difícil momento de pandemia.

A UPB reitera seu total apoio à PEC Emergencial, mas **refuta veementemente o fechamento de qualquer ACORDO com o Governo Federal e repudia mais uma tentativa dos representantes governamentais em falsear o debate e criar um enredo que leva os parlamentares a erro.**

Finalmente, reforçamos que o Destaque nro 9, atende as Forças de Segurança Pública brasileiras, corrigindo a absurda tentativa de congelamento total dos investimentos em segurança pública até o ano de 2036.

UNIÃO DOS POLICIAIS DO BRASIL

#PoliciaisSãoEssenciais

ABC – Associação Brasileira de Criminalística
ABPC – Associação Brasileira de Peritos em Criminalística
ABRAPOL – Associação Brasileira dos Papiloscopistas Policiais Federais
ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal
ADPJ – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária
AGEPEN-BRASIL – Associação dos Policiais Penais do Brasil
AMPOL – Associação Nacional das Mulheres Policiais do Brasil
ANAPF – Associação Nacional dos Policiais Federais Aposentados e Pensionistas
ANEPF – Associação Nacional dos Escrivães de Polícia Federal
ANEPOL – Associação Nacional dos Escrivães de Polícia Civil
ANSEF – Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal
APCF – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais
CENTRAPOL – Central Única Nacional dos Policiais Federais
COBRAPOL – Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cívicos
FENADEPOL – Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal
FENAGUARDAS – Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais do Brasil
FENAPEF – Federação Nacional dos Policiais Federais
FENAPERÍCIA – Federação Nacional dos Peritos Oficiais de Natureza Criminal
FENAPRF – Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais
FENASPPEN – Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários e Policiais Penais
FENASSE – Federação dos trabalhadores no sistema socioeducativo
OPB – Ordem dos Policiais do Brasil
SINDEPOL/DF – Sindicato dos Delegados de Polícia Federal no DF
SINDIPOL/DF – Sindicato dos Policiais Federais no DF
SINPOL/DF – Sindicato dos Policiais Cívicos do DF